



**ESCOLA
ANTIARRACISTA
DE NUTRIÇÃO**

CRN5

E-BOOK

NUTRIÇÃO ANTIRRACISTA

Fundamentos, políticas e práticas para um
cuidado com equidade racial

CRN5 Conselho Regional
de Nutrição
5ª região - Bahia e Sergipe





ESCOLA ANTIARRACISTA DE NUTRIÇÃO

CRN5

Fundamentos, políticas e práticas para um cuidado com equidade racial

*Letramento alimentar racializado para nutricionistas,
técnicos/as em nutrição e profissionais do campo da
alimentação e nutrição.*

Autoria e curadoria alimentar técnica:

Bruna Pedroso Thomaz de Oliveira

Instituição Proponente: Crioula Curadoria Alimentar





NUTRIÇÃO ANTIRRACISTA: fundamentos, políticas e práticas para um cuidado com equidade racial

Letramento alimentar racializado para nutricionistas, técnicas/as em nutrição e profissionais do campo da alimentação e nutrição.

Bruna Pedroso Thomaz de Oliveira



A nutricionista Bruna Crioula, consultora e proprietária da Crioula Curadoria Alimentar, desempenhou um papel fundamental na elaboração dos materiais da Escola Antirracista de Nutrição do CRN-5, na condição de consultora do projeto.

Sua trajetória como nutricionista ecológica e pesquisadora alimentar enriquece a fundamentação teórica e prática desta formação, que busca promover uma compreensão aprofundada das questões raciais no campo da alimentação e da nutrição.

Bruna é nutricionista ecológica e mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Atua como curadora e pesquisadora alimentar, é integrante da Rede Ajeum e matrigestora da Crioula Curadoria Alimentar.

Contato: brunacrioula@crioulacuradoria.com

EXPEDIENTE

Elaboração/informações: Conselho Regional de Nutrição da 5ª região

Sede Salvador: Rua Doutor José Peroba nº 149 - Ed. Centro Empresarial Eldorado, sala 1001 Stiep - Salvador - BA - CEP: 41770-235 | E-mail: crn5@crn5.org.br

Delegacia Aracaju: Praça Tobias Barreto nº 510 - Centro Médico Odontológico, sala 502 São José - Aracaju - SE - CEP: 49015-130 | E-mail: sergipeatendimento@crn5.org.br

Delegacia Itabuna: Avenida Princesa Isabel nº 395 - Ed. Itabuna Trade Center, sala 914 São Caetano - Itabuna - BA - CEP: 45607291 | E-mail: itabuna@crn5.org.br

Elaboração técnica e geral:

Crioula Curadoria Alimentar, por: Bruna Pedroso Thomaz de Oliveira (CRN-01 nº 15753) - Consultora da Escola Antirracista de Nutrição do Conselho Regional de Nutrição da 5ª Região.

Revisão e editoração técnica pela Grupo de Trabalho (GT) de Sabres Antirracistas de Nutrição do CRN-5:

Taiane Cazumbá de Souza - Conselheira coordenadora do GT

Silvana Oliveira da Silva - Conselheira integrante do GT

Maíra Barbara Costa Barreto - Conselheira integrante do GT

Anderson Carvalho dos Santos - Coordenador Técnico do CRN-5 e integrante do GT

Josicléia Seles Barreto - Assessora de Comunicação do CRN-5 e integrante do GT

Roberta Silva de Castro - Nutricionista Fiscal do CRN-5 e integrante do GT

Autora:

Bruna Pedroso Thomaz de Oliveira (CRN-01 nº 15753) - Consultora da Escola Antirracista de Nutrição do Conselho Regional de Nutrição da 5ª Região.

Instituição proponente: Conselho Regional de Nutrição da 5ª Região (CRN-5) - Bahia e Sergipe.

COLABORAÇÃO:

Projeto gráfico e diagramação:

Mayara de Souza Lima - Estagiária de Comunicação do Conselho Regional de Nutrição da 5ª região

Brasil. Conselho Regional de Nutrição da 5ª região. Grupo de Trabalho (GT) de Sabres Antirracistas na Nutrição do CRN-5. E-book Nutrição Antirracista: Fundamentos, políticas e práticas para um cuidado com equidade racial. 1. ed. - Salvador, 2026.

Gestão 2023/2026 - Conselho Regional de Nutrição da 5ª Região:

Iza Charla da Silva Macedo - CRN-5/2469
Romário Caduda Santos - CRN-5/5676
Silvana Oliveira da Silva - CRN-5/16646
Cristiane Lima Queirós - CRN-5/9259
Ana Rita Pereira Alves - CRN-5/7437
Denise Braga Dourado - CRN-5/14898
Márcia Menezes de Mello Paranaguá - CRN-5/0434
Vivian Carla Honorato dos Santos Carvalho - CRN-5/1655
Maria Cláudia da Costa Montal - CRN-5/0849
Ana Claudia Rios Menezes - CRN-5/1361
Ione da França Santos - CRN-5/3688
Raisa Santos Ribeiro Cerqueira - CRN-5/10346
Taiane Cazumbá de Souza - CRN-5/5803
Cleidisson Araújo Santana - CRN-5/15871
Maíra Bárbara Costa Barreto - CRN-5/11044
Rayssa Andrade Santana Cunha - CRN-5/6233
Vanessa Cabral Ribeiro Mattos - CRN-5/1981

Comissão de Formação Profissional:

Coordenação:

Taiane Cazumbá de Souza

Composição:

Silvana Oliveira da Silva
Maíra Bárbara Costa Barreto
Ana Claudia Rios Menezes
Iza Charla da Silva Macedo
Denise Braga Dourado
Cleidisson Araújo Santana



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO Uma palavra antes de começar.....	8
INTRODUÇÃO Raça importa para a Nutrição.....	9
CAPÍTULO 1 O que a Nutrição herdou do colonialismo: ciência, corpo e sujeito padrão.....	11
Cena de prática composta: quando o instrumento não escuta o território.....	13
Para pensar no serviço.....	13
Conceito em movimento.....	13
Gesto de prática.....	13
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO.....	14
CAPÍTULO 2 Nutricídio e racismo alimentar: quando sistemas alimentares adoecem corpos e territórios negros.....	15
Cena de prática composta: o bairro que não tem feira.....	17
Para pensar no serviço.....	17
Conceito em movimento	17
Gesto de prática.....	17
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO.....	18
CAPÍTULO 3 Políticas que protegem, políticas que excluem: SUS, SAN e Conselhos sob lente racial.....	19
O que cabe ao ecossistema dos Conselhos?.....	20
Cena de prática composta: a política que existia, mas não era usada.....	21
Para levar ao conselho ou à reunião de gestão.....	21
Conceito em movimento.....	21
Gesto de prática.....	22
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO.....	22



CAPÍTULO 4 | Cozinhas que fundaram o Brasil: ancestralidade negra como referência de cuidado e conhecimento.....23

O que uma EAN antirracista aprende com cozinhas negras?.....	24
Cena de prática composta: o cardápio que voltou para casa.....	25
Para revisar materiais e práticas de EAN.....	25
Conceito em movimento.....	26
Gesto de prática.....	26
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO.....	26

CAPÍTULO 5 | Clima, racismo ambiental e territórios negros.....27

Cena de prática composta: a enchente que mudou a pauta da equipe.....	29
Para olhar o território.....	29
Conceito em movimento.....	29
Gesto de prática.....	29
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO.....	30

CAPÍTULO 6 | A Nutrição que precisamos ser: ferramentas para uma prática antirracista no cotidiano.....31

Rotas de ação por âmbito de atuação.....	32
Cena de prática composta: a anamnese que faltava.....	33
Miniroteiro de ação antirracista.....	33
Perguntas para atendimento nutricional antirracista.....	34
Checklist para EAN antirracista.....	34
Checklist para gestão e conselho.....	35
REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO.....	35

SÍNTESE OPERACIONAL.....36

10 compromissos para uma Nutrição antirracista.....36

GLOSSÁRIO RACIALIZADO.....37

CONFLUÊNCIAS FINAIS | Da leitura ao compromisso.....40

REFERÊNCIAS GERAIS.....42

APRESENTAÇÃO

Uma palavra antes de começar

Escrever sobre Nutrição antirracista é reconhecer que a ciência da qual venho não aprendeu a olhar todos os corpos com a mesma inteireza. Ela produziu instrumentos importantes, sustentou políticas, organizou práticas de cuidado, enfrentou a fome em diferentes momentos da história brasileira e ajudou a defender o direito humano à alimentação adequada. Mas também foi construída dentro de uma sociedade que hierarquizou vidas, saberes, territórios e modos de comer.

Essa constatação não invalida o que a Nutrição sabe. Ela obriga a perguntar o que a Nutrição ainda não aprendeu a ver.

Este e-book nasce da Escola Antirracista do CRN-5 como parte de um percurso formativo voltado a nutricionistas, técnicas e técnicos em Nutrição, conselheiras, gestores, equipes técnicas e profissionais do campo da alimentação e nutrição. Ele nasce também de uma trajetória que combina formação em alimentação e nutrição, pesquisa sobre culturas alimentares negras e afrodiáspóricas, atuação com sistemas alimentares e diálogo com comunidades que há muito produzem saberes sobre como nutrir e ser nutrido em meio a condições de desigualdade, resistência e criação.

O que você vai encontrar nestas páginas não é um manual de receitas antirracistas para aplicar de forma automática. É um convite a um deslocamento de perspectiva. Esse deslocamento pode ser desconfortável, porque implica reconhecer lacunas da formação convencional, limites de protocolos, ausências nas políticas e zonas de silêncio em práticas que muitas vezes se pretendem neutras. Esse desconforto não precisa paralisar. Ele pode inaugurar outra forma de aprender.

Este material pertence à Escola Antirracista do CRN-5 e a todas as pessoas que escolhem transformar conhecimento em cuidado mais justo. Ele foi escrito para ser lido, discutido, rabiscado, levado para reunião, usado em formação, acionado em conselhos e devolvido ao cotidiano profissional como pergunta e como prática.



INTRODUÇÃO

Raça importa para a Nutrição

Existe uma pergunta que este e-book recusa não fazer: o que a Nutrição, como ciência e como prática profissional, escolheu enxergar, e o que aprendeu a não ver?

Não se trata de uma acusação individual. Trata-se de um ponto de partida analítico. Toda disciplina científica constrói seu olhar a partir de escolhas sobre o que conta como dado relevante, quem é reconhecido como sujeito de conhecimento, quais corpos aparecem como referência e quais experiências são tratadas como desvio, carência ou curiosidade. A Nutrição não está fora dessa história.


Durante muito tempo, a formação em Nutrição tratou raça como tema lateral. Em muitos currículos, ela apareceu como dado demográfico, recorte epidemiológico ou marcador de vulnerabilidade. Pouco se discutiu sobre como o racismo organiza protocolos, materiais educativos, parâmetros de normalidade, abordagens clínicas, políticas públicas, ambientes alimentares e modos de escutar. Essa ausência formativa incide sobre a maneira como profissionais leem o mundo e respondem às demandas concretas da população negra.

A Escola Antirracista do CRN-5 nasce desse ponto sensível: a necessidade de construir uma formação ética, técnica e política comprometida com o enfrentamento ao racismo estrutural e institucional no campo da Nutrição. Este e-book compõe esse percurso como material de estudo, consulta e provocação.

O que estamos chamando de Nutrição antirracista?

Nutrição antirracista é uma prática ética, técnica e política que reconhece o racismo como estrutura produtora de desigualdades alimentares, nutricionais, sanitárias, territoriais e simbólicas. A partir desse reconhecimento, reorganiza o cuidado, a gestão, a educação alimentar e nutricional, a produção de dados, a atuação institucional e a relação com os territórios em compromisso com equidade racial e justiça alimentar.

Essa definição importa porque Nutrição antirracista não é apenas uma Nutrição mais diversa, mais inclusiva ou mais sensível. Ela exige mudança de lente. Exige que raça deixe de ser um assunto eventual e passe a orientar perguntas sobre acesso, diagnóstico, conduta, linguagem, imagens, protocolos, políticas, conselhos, fiscalização, formação e responsabilidade profissional.



Este material não oferece respostas prontas para realidades complexas. Ele sustenta perguntas melhores. O que muda quando a raça deixa de ser apagada da conduta nutricional? O que se revela quando olhamos para ambientes alimentares a partir de periferias, quilombos, terreiros, comunidades de matriz africana, territórios rurais negros, cozinhas coletivas e redes comunitárias de cuidado? O que a Nutrição precisa rever quando compreende que alimentação adequada não depende apenas de escolha individual, mas de terra, renda, tempo, água, gás, saneamento, transporte, abastecimento, memória, cultura alimentar e proteção social?

A população negra não deve ser convocada apenas como objeto de diagnóstico. Pessoas negras, povos de terreiro, quilombolas, comunidades periféricas, mulheres cozinheiras, agricultoras, raizeiras, pescadoras, extrativistas, lideranças comunitárias e redes de solidariedade alimentar são produtoras de conhecimento, tecnologias alimentares, estratégias de cuidado, modos de comensalidade e práticas de saúde que sustentam a vida no Brasil há séculos.

Por isso, este e-book se organiza em seis capítulos. O primeiro discute como a Nutrição foi formada em diálogo com heranças coloniais que produziram um sujeito padrão. O segundo aproxima o racismo alimentar, nutricional e determinantes sociais da saúde. O terceiro situa políticas públicas, SUS, SAN e Conselhos como espaços de decisão. O quarto afirma as ancestralidades negras na formação alimentar brasileira. O quinto relaciona clima, racismo ambiental e territórios negros. O sexto apresenta ferramentas para práticas profissionais antirracistas.

Cada capítulo apresenta uma discussão central, uma cena de prática composta, perguntas para o serviço, um gesto prático e referências. As cenas de prática são narrativas ficcionais e compostas a partir de situações recorrentes no cotidiano profissional, sem identificação de pessoas, serviços ou territórios específicos.

Nutrição antirracista começa quando profissionais e instituições aceitam que o modo como aprenderam a ver comida, corpo, saúde e território também precisa ser colocado em análise. Começa quando a pergunta deixa de ser apenas “o que essa pessoa come?” e passa a incluir “que mundo permite ou impede que essa pessoa coma com dignidade, memória, prazer, saúde e pertencimento?”.



CAPÍTULO 1

O que a Nutrição herdou do colonialismo: ciência, corpo e sujeito padrão

Uma nutricionista atende uma mulher negra em insegurança alimentar e registra “baixa adesão”. Uma equipe produz uma cartilha de alimentação saudável sem uma única imagem de pessoas negras. Um serviço coleta raça/cor na ficha, mas ninguém analisa esse dado. Um grupo educativo recomenda alimentos que não existem no território ou que custam mais do que a família pode pagar. Em todos esses casos, o racismo pode estar operando sem precisar ser anunciado.

O racismo costuma ser tratado como algo que acontece fora da técnica. Como se estivesse apenas nos insultos, nas recusas abertas de atendimento ou nas imagens mais evidentes de discriminação. Essa compreensão é limitada para qualquer área profissional, mas se torna ainda mais insuficiente no campo da saúde e da alimentação, onde desigualdades se materializam no corpo, no prato, no diagnóstico, na escuta e nas condições de vida.

No campo da Nutrição, o racismo não aparece somente quando uma pessoa negra é mal atendida. Ele também aparece quando a formação profissional ignora autoras e autores negros, quando os protocolos desconsideram território e cultura alimentar, quando o ideal de alimentação saudável é apresentado como se todas as pessoas tivessem o mesmo acesso a alimentos, tempo, renda, saneamento, equipamentos públicos e segurança. Ele aparece quando comidas negras são vistas como problema, excesso, risco ou folclore.

Reconhecer o racismo como estrutura desloca a análise da intenção individual para o funcionamento coletivo. Isso não retira responsabilidade das pessoas. Pelo contrário: amplia a responsabilidade profissional e institucional. A prática em Nutrição foi formada dentro de uma sociedade marcada pela colonialidade, pela escravização de povos africanos, pela concentração de terra, pela hierarquização racial dos corpos e pela desvalorização sistemática dos conhecimentos negros, indígenas e populares.

A Nutrição brasileira construiu contribuições importantes para a saúde pública, a clínica, a alimentação coletiva, a educação alimentar e nutricional, a gestão de políticas e o enfrentamento da fome. Mas é necessário perguntar quais sujeitos foram tomados como referência nessa produção. Quem foi considerado medida de normalidade? Quem apareceu como objeto de intervenção? Quem teve sua comida tratada como tradição respeitável e quem teve sua comida classificada como inadequada, atrasada ou desorganizada?



A ideia de sujeito universal atravessa parte importante da formação em saúde. Esse sujeito costuma aparecer sem raça, sem território, sem religião, sem renda, sem jornada de trabalho, sem medo da violência, sem distância do mercado, sem ausência de saneamento e sem experiência de discriminação. Na prática, esse sujeito universal se aproxima mais da experiência de grupos brancos, urbanos, escolarizados e economicamente protegidos do que da realidade da maioria da população atendida pelo SUS.

Quando uma orientação alimentar ignora as condições reais de vida, ela pode se transformar em violência simbólica. Pode ser tecnicamente correta em abstrato e, ao mesmo tempo, inviável, culpabilizante ou racialmente cega. A pergunta antirracista não é apenas se a recomendação tem base científica, mas se ela dialoga com território, renda, cultura alimentar, acesso, trabalho, história de adoecimento e barreiras sociais que organizam o comer.

Racializar a prática profissional não significa reduzir pessoas negras à raça. Significa reconhecer que o racismo produz efeitos materiais e subjetivos. Ele interfere no acesso ao alimento, no acesso ao cuidado, na relação com o corpo, nas experiências de sofrimento, nas condições de moradia e na forma como serviços interpretam demandas. A raça, nesse sentido, precisa ser compreendida como categoria histórica e política, não como explicação biológica para desigualdades.

No cotidiano dos serviços, isso pede mudanças simples e profundas. Simples porque começam em perguntas, registros, materiais, reuniões e protocolos. Profundas porque mexem na forma como a equipe entende sua própria prática. O preenchimento qualificado do quesito raça/cor, por exemplo, não pode ser tratado como burocracia. Ele participa da produção de dados que permitem enxergar desigualdades. A revisão de uma cartilha de EAN não é detalhe estético. Ela revela quem é considerado sujeito de cuidado. A escolha de referências bibliográficas em uma formação não é neutralidade acadêmica. Ela diz quais conhecimentos são reconhecidos como fundamento.

Para conselhos profissionais, esse debate também é central. O enfrentamento ao racismo na Nutrição não se limita ao atendimento individual. Ele passa pela fiscalização orientadora, pela formação permanente, pela comunicação institucional, pela produção de dados, pela incidência em políticas públicas, pelo diálogo com movimentos sociais e pela revisão dos modos de ensinar e aprender. Conselhos podem orientar a categoria, produzir materiais, criar espaços de escuta, estimular educação permanente e afirmar que a ética profissional não se separa da justiça racial.



Cena de prática composta: quando o instrumento não escuta o território

Uma equipe acompanha uma criança negra com alterações no crescimento. O protocolo indica risco nutricional e a orientação inicial recai sobre a família: melhorar rotina, ampliar variedade, garantir horários. Depois de algumas consultas sem mudança importante, uma profissional amplia a leitura. Pergunta sobre insegurança alimentar, transporte até o mercado, falta de água, renda instável, cuidado compartilhado entre mulheres da família e episódios anteriores de atendimento em que a mãe se sentiu julgada. O diagnóstico antropométrico continuava relevante, mas era insuficiente. A mudança de olhar permitiu que a equipe saísse da culpabilização e articulasse cuidado nutricional, assistência social, escola e território.

Para pensar no serviço

- Quem é o sujeito imaginado pelos materiais educativos produzidos pela equipe?
- Os exemplos de alimentação saudável representam a população atendida?
- O quesito raça/cor é coletado, preenchido e analisado de forma qualificada?
- A equipe conhece a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra?
- Em quais momentos a conduta nutricional pode estar culpabilizando indivíduos por problemas produzidos por estruturas?

Conceito em movimento

Racismo institucional é a forma pela qual instituições produzem ou reproduzem desigualdades raciais por meio de normas, rotinas, omissões, prioridades e modos de funcionamento. Na saúde, ele pode aparecer na ausência de dados, na baixa implementação de políticas de equidade, na desconsideração da cultura alimentar, na negligência diante de queixas e na dificuldade de reconhecer demandas específicas da população negra.

Gesto de prática

Escolha um material educativo usado pelo seu serviço ou instituição. Observe imagens, exemplos de alimentos, linguagem, recomendações e referências. Pergunte: este material conversa com pessoas negras, periféricas, quilombolas, de terreiro, rurais ou de comunidades tradicionais como sujeitos de conhecimento e direito? Ou apenas as convoca como público-alvo?



REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Niterói: EDUFF, 2004.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.



CAPÍTULO 2

Nutricídio e racismo alimentar: quando sistemas alimentares adoecem corpos e territórios negros

Uma das armadilhas mais persistentes no campo da alimentação é tratar o comer como escolha individual desconectada do mundo. A frase aparece em muitas formas: “é só comer melhor”, “é só organizar a rotina”, “é só evitar ultraprocessados”, “é só comprar comida de verdade”. Quando essas afirmações desconsideram renda, território, jornada de trabalho, abastecimento, preço dos alimentos, acesso à água, saneamento, moradia, racismo, gênero e violência, elas transformam desigualdades em culpa pessoal.

A alimentação adequada e saudável é um direito. Para que esse direito se materialize, não basta que a pessoa saiba o que comer. Ela precisa ter condições de acesso, tempo para preparar, renda para comprar, território com oferta de alimentos de qualidade, cozinha possível, equipamentos públicos, segurança, água, energia, políticas de proteção social e respeito à sua cultura alimentar. Quando essas condições são distribuídas de forma desigual, a orientação nutricional precisa reconhecer que está diante de um problema social, e não apenas de um comportamento individual.

O racismo alimentar ajuda a nomear as formas pelas quais a raça organiza a produção, a distribuição, o acesso, a representação e a valorização dos alimentos. Ele se expressa quando territórios negros e periféricos são cercados por oferta de produtos ultraprocessados e contam com menos acesso a feiras, mercados, equipamentos públicos de segurança alimentar e alimentos frescos. Aparece quando comunidades quilombolas e povos de terreiro enfrentam violências territoriais que ameaçam suas formas de plantar, colher, preparar e partilhar comida. Também aparece quando a comida negra é estigmatizada, exotizada ou retirada de seus contextos comunitários para circular como tendência gastronômica sem reconhecimento dos povos que a sustentam.

O nutricídio, conceito trabalhado por Llaila O. Afrika e retomado por pesquisadoras e ativistas brasileiras, amplia essa leitura ao evidenciar processos de destruição lenta e sistemática de corpos, culturas alimentares e modos de vida negros por meio da alimentação. O termo não substitui conceitos como fome, insegurança alimentar ou determinantes sociais da saúde. Ele tensiona esses campos ao perguntar como a destruição alimentar de populações negras é historicamente produzida por relações raciais, econômicas, territoriais e culturais.



Não se trata de dizer que pessoas negras comem mal. Trata-se de perguntar que sistemas tornam determinadas comidas mais disponíveis, mais baratas, mais anunciadas e mais presentes nos territórios negros, enquanto alimentos frescos, biodiversos, culturalmente referenciados e produzidos em circuitos justos se tornam menos acessíveis. Trata-se de olhar para o modo como o racismo estrutura mercados, políticas, terras, cozinhas, escolas, serviços de saúde e ambientes alimentares.

Essa discussão se relaciona diretamente aos determinantes sociais da saúde. A saúde não é produzida apenas por escolhas individuais ou por atendimento clínico. Ela é produzida pelas condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham, circulam, se alimentam, descansam, adoecem e são cuidadas. No Brasil, essas condições são racializadas. O racismo organiza oportunidades, riscos e exposições. Por isso, falar de determinantes sociais sem racializar a análise pode manter invisível uma das engrenagens centrais das desigualdades.

Na prática profissional, isso exige abandonar a pressa de julgar. Uma mulher negra que chega ao serviço com hipertensão, insegurança alimentar, sofrimento mental e dificuldade de seguir uma prescrição não precisa de sermão. Precisa de escuta, análise do território, compreensão de sua jornada, articulação com a rede, orientação possível, respeito à sua cultura alimentar e reconhecimento das violências que atravessam seu corpo.

A Nutrição antirracista não abandona a técnica. Ela qualifica a técnica ao colocá-la diante do mundo real. Avaliação nutricional, anamnese alimentar, planejamento dietético, grupos educativos, cardápios institucionais, orientações de compras e ações de promoção da saúde continuam importantes. Mas passam a ser conduzidos com outra lente. A pergunta deixa de ser somente “qual é o consumo alimentar?” e passa a incluir “quais condições sociais, raciais, territoriais e culturais tornam esse consumo possível ou quase inevitável?”.

Também é importante reconhecer que a população negra não deve ser abordada apenas a partir da falta. Há repertórios de cuidado, tecnologias culinárias, redes de solidariedade, quintais, ervas, roças, terreiros, cozinhas comunitárias, feiras, práticas de partilha e conhecimentos familiares que produzem saúde mesmo diante da precarização. O enfrentamento ao nutricídio não pode se limitar a denunciar ausências. Ele também precisa fortalecer presenças, autonomia, cultura alimentar e soberania.



Cena de prática composta: o bairro que não tem feira

Uma nutricionista em uma unidade básica percebe que a maioria das mulheres negras acompanhadas relata consumo frequente de ultraprocessados e baixo consumo de frutas, verduras e legumes. Em vez de repetir a orientação sobre “fazer melhores escolhas”, a equipe decide mapear o território. Descobre que não há feira regular próxima, o transporte até o mercado é caro e os pontos de venda mais acessíveis oferecem, principalmente, produtos industrializados. A conduta muda: a equipe registra o problema no diagnóstico local, leva a pauta para o conselho, articula com assistência social e inicia conversa com organizações do território sobre abastecimento, horta comunitária e compras coletivas.

Para pensar no serviço

- Quais territórios atendidos pelo serviço têm maior dificuldade de acesso a alimentos adequados?
- A equipe conhece feiras, cozinhas comunitárias, equipamentos públicos de SAN, hortas, quilombos, terreiros e redes de apoio alimentar do território?
- As orientações alimentares consideram preço, transporte, tempo de preparo, gás, água, energia e armazenamento?
- Em quais situações a equipe usa explicações moralizantes sobre alimentação?
- Como a insegurança alimentar aparece na escuta clínica e nas ações coletivas?

Conceito em movimento

Racismo alimentar nomeia formas pelas quais o racismo atravessa sistemas alimentares, acesso à comida, ambientes alimentares, políticas públicas, cultura alimentar, publicidade, cuidado nutricional e reconhecimento de saberes.

Nutricídio nomeia processos de destruição sistemática de corpos, culturas alimentares e modos de vida negros por meio da comida, da desterritorialização alimentar, da oferta desigual de alimentos e da ruptura de vínculos com repertórios alimentares ancestrais e comunitários.

Gesto de prática

Na próxima anamnese alimentar, inclua perguntas sobre território e acesso antes de formular qualquer orientação. Pergunte onde a pessoa costuma comprar alimentos, quanto tempo leva até o local de compra, quais alimentos são mais caros, se há feira próxima, se há cozinha disponível, se falta gás, água ou energia, quem prepara as refeições e quais comidas têm sentido de cuidado para aquela família.



REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO

AFRIKA, Llaila O. Nutricide: the nutritional destruction of the Black race. 2. ed. Baltimore: ãnu Book Publishing, 2011.

ALMEIDA, Isadora Helena Alves de. Territorialidades do nutricídio: decolonizando o direito à alimentação adequada. 2023. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

ALEXANDRE-WEISS, V. P. (coord.); COSTA, R.; MOURÃO, P. et al. Prato do dia: desigualdades. Raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares. Brasília: FIAN Brasil, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CANUTO, Raquel; FANTON, Marcos; LIRA, Pedro Israel Cabral de. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3193-3212, 2019.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022.

SANTOS, Ana Beatriz Almeida et al. Repercussões do racismo na alimentação e nutrição da população negra brasileira. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 30, e023027, 2023.



CAPÍTULO 3

Políticas que protegem, políticas que excluem: SUS, SAN e Conselhos sob lente racial

A Nutrição antirracista precisa entrar nas políticas públicas não como adorno, mas como eixo de decisão. Isso significa reconhecer que a defesa da alimentação adequada e saudável, da saúde integral, da segurança alimentar e da equidade racial depende da articulação entre diferentes políticas, instituições e territórios. O SUS, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as políticas de assistência social, educação, agricultura, meio ambiente e promoção da igualdade racial não podem caminhar como gavetas separadas quando a vida das pessoas acontece inteira.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é uma conquista histórica do movimento negro e de pesquisadoras, profissionais e organizações que denunciaram o racismo como determinante das condições de saúde. Ela convoca o SUS a reconhecer desigualdades raciais, qualificar dados, enfrentar o racismo institucional e produzir respostas específicas às necessidades da população negra. No campo da Nutrição, essa política abre caminho para pensar alimentação e saúde sem apagar raça, território, cultura alimentar e discriminação.

A Segurança Alimentar e Nutricional também precisa ser lida a partir da raça. O direito humano à alimentação adequada não se realiza apenas com calorias disponíveis. Ele envolve regularidade, qualidade, quantidade suficiente, respeito à cultura alimentar, sustentabilidade, dignidade e autonomia. Quando povos negros, quilombolas, comunidades de terreiro, periferias urbanas e territórios tradicionais vivem conflitos por terra, contaminação, expulsão, precarização do abastecimento e desvalorização de suas práticas alimentares, o direito à alimentação está sendo violado em múltiplas dimensões.

Os sistemas alimentares conectam produção, circulação, acesso, preparo, consumo e descarte. Também conectam terra, trabalho, renda, transporte, indústria, publicidade, políticas fiscais, comércio, saúde e cultura. Uma prática profissional antirracista precisa compreender que a comida não começa no prato. Ela passa por decisões sobre terra, água, sementes, crédito, abastecimento, equipamentos públicos, compras institucionais, agricultura familiar, agroecologia, regulação de ultraprocessados, alimentação escolar e assistência social.



O que cabe ao ecossistema dos Conselhos?

Conselhos regionais de Nutrição não são apenas espaços burocráticos de registro e fiscalização. Eles compõem uma arquitetura ética, técnica e política da profissão. Podem orientar a categoria, fomentar debates, produzir materiais, estimular educação permanente, acolher e encaminhar situações relacionadas ao exercício profissional, criar campanhas, dialogar com políticas públicas e reconhecer que o direito humano à alimentação adequada precisa caminhar junto com a justiça racial.

No ecossistema dos Conselhos, uma agenda antirracista pode se desdobrar em muitas frentes. Na comunicação, pode produzir materiais que ajudem a categoria a compreender racismo alimentar, saúde da população negra e EAN antirracista. Na fiscalização orientadora, pode observar se práticas profissionais desconsideram raça, território, cultura alimentar ou produzem discriminação. Na formação, pode incentivar debates sobre PNSIPN, SAN, DHAA, quilombos, terreiros, racismo ambiental e sistemas alimentares. Na incidência institucional, pode aproximar Nutrição, controle social, movimentos negros e políticas públicas.

Na gestão de serviços, raça deve orientar perguntas concretas. Quem acessa o serviço? Quem abandona o acompanhamento? Quem recebe o encaminhamento? Quem tem suas queixas desconsideradas? Quem está em insegurança alimentar? Quem aparece nos indicadores de hipertensão, diabetes, anemia, gestação de risco, sofrimento mental e violências? Os dados são analisados por raça/cor? O preenchimento do quesito é feito com respeito e autodeclaração? A equipe sabe por que esse dado importa?

Sem dados raciais qualificados, as desigualdades ficam escondidas. Mas dados sozinhos não transformam realidades. Eles precisam ser lidos, discutidos e convertidos em decisões. Uma unidade de saúde pode identificar que mulheres negras de determinado território apresentam maior insegurança alimentar e, a partir disso, articular grupos de cuidado, encaminhamentos para programas sociais, diálogo com equipamentos de SAN, ações com escolas, escuta sobre violência doméstica e revisão das orientações alimentares. Um conselho pode transformar demandas recorrentes em formação, campanha, nota técnica ou pauta de incidência.

A intersetorialidade, muitas vezes, aparece em documentos como palavra bonita. No cotidiano, ela exige trabalho. Exige conhecer a rede, saber quem são as pessoas de referência, criar fluxos, participar de espaços coletivos, registrar demandas e acompanhar encaminhamentos. Para a Nutrição antirracista, intersetorialidade significa reconhecer que fome, adoecimento e violação de direitos não serão enfrentados apenas dentro do consultório.



O consultório pode ser uma porta de escuta, mas a resposta precisa circular por políticas, equipamentos e territórios.

A raça como eixo de decisão muda o modo como uma política é implementada. Não basta dizer que uma ação é universal se ela chega de forma desigual. A universalidade do SUS precisa caminhar com equidade. Isso significa reconhecer que grupos atingidos de modo mais intenso pelo racismo precisam de respostas específicas, sem que isso seja tratado como privilégio ou fragmentação. Equidade racial é condição para que o direito seja, de fato, público.

Cena de prática composta: a política que existia, mas não era usada

Uma nutricionista recém-chegada a um serviço percebe que a equipe registra raça/cor de forma irregular e nunca discutiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Em uma reunião, ela propõe uma leitura breve da política e pergunta como seus princípios aparecem na rotina do serviço. A primeira reação é dizer que “o SUS é para todos”. A conversa avança quando a equipe olha os dados: a maior parte das famílias em insegurança alimentar grave no território é negra, mas nenhuma ação coletiva tinha sido planejada com esse recorte. A política, que parecia distante, passa a organizar perguntas de gestão.

Para levar ao conselho ou à reunião de gestão

- A PNSIPN aparece no planejamento do serviço ou da instituição?
- Os indicadores de saúde e alimentação são analisados por raça/cor?
- Há diálogo entre saúde, assistência social, educação, agricultura, SAN e promoção da igualdade racial?
- As demandas de quilombos, terreiros, periferias e comunidades tradicionais aparecem nas pautas institucionais?
- Que ações de educação permanente sobre relações étnico-raciais já foram realizadas com a equipe?

Conceito em movimento

Intersetorialidade é a construção de respostas entre diferentes políticas, setores e instituições diante de problemas que não cabem em uma única área. No campo da Nutrição antirracista, ela permite aproximar saúde da população negra, segurança alimentar, assistência social, educação, agricultura, meio ambiente, direitos humanos e participação social.



Gesto de prática

Faça um pequeno mapa institucional. Liste quais políticas, equipamentos e coletivos do território podem dialogar com uma demanda de insegurança alimentar vivida pela população negra. Inclua unidade de saúde, CRAS, CREAS, escolas, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, feiras, associações quilombolas, terreiros, grupos de mulheres, movimentos de SAN e conselhos locais.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Carta Política do Encontro Temático Soberania e Segurança Alimentar para a População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: CONSEA, 2015.

MATOS, Camila Carvalho de Souza Amorim et al. Caderno de experiência de pesquisa em sistemas alimentares dos povos tradicionais de matriz africana: soberania e segurança alimentar e nutricional em interface com a saúde coletiva. 1. ed. Rio de Janeiro: Daniela Silva Egger, 2023.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.



CAPÍTULO 4

Cozinhas que fundaram o Brasil: ancestralidade negra como referência de cuidado e conhecimento

Depois de nomear violências, é preciso afirmar presenças. Uma Nutrição antirracista não pode ser construída apenas pela denúncia do racismo. Ela também precisa reconhecer as muitas formas pelas quais populações negras produziram e seguem produzindo conhecimento alimentar no Brasil. Cozinhas de terreiro, quilombos, quintais, roças, mercados, tabuleiros, festas, irmandades, casas de família, cozinhas comunitárias, periferias e territórios tradicionais guardam tecnologias de cuidado que atravessam gerações.

A comida brasileira tem mãos negras. Essa afirmação não deve ser tratada como celebração vazia. Ela convoca uma revisão histórica, política e profissional. Durante séculos, mulheres negras cozinham para suas comunidades e para casas que exploravam seu trabalho. Plantaram, colheram, beneficiaram, venderam, temperaram, conservaram, improvisaram, transmitiram saberes, sustentaram famílias e organizaram redes de cuidado. Muitas vezes, suas técnicas foram apropriadas sem reconhecimento, suas presenças foram apagadas dos livros e suas cozinhas foram reduzidas à ideia de tradição popular, como se tradição não fosse também pensamento, método e ciência.

Falar de ancestralidade alimentar não é prender a população negra ao passado. Ancestralidade é presença em movimento. Ela vive nos modos de escolher um alimento, cortar, refogar, oferecer, agradecer, partilhar, guardar sementes, cultivar ervas, respeitar o tempo do preparo, alimentar crianças, acolher pessoas enlutadas, celebrar festas, cumprir obrigações religiosas, organizar mutirões, vender comida na rua e fazer do alimento uma linguagem de vínculo. A ancestralidade não está apenas no que é antigo. Está no que segue produzindo sentido, pertencimento e vida.

As cozinhas de terreiro são referências fundamentais para compreender a centralidade da comida nas cosmopercepções afro-brasileiras. Nesses espaços, alimento não é apenas composição química, nem apenas mercadoria, nem apenas refeição. Ele participa de relações entre pessoas, divindades, natureza, território, memória e comunidade. O ajeum, entendido como partilha da comida em contextos de matriz africana, ensina que comer pode ser gesto de comunhão, cuidado e continuidade ancestral.



Quilombos também precisam ser reconhecidos como territórios de produção alimentar, saúde e conhecimento. Suas roças, quintais, práticas de beneficiamento, festas, sementes, circuitos de troca e formas de organização comunitária desafiam a ideia de que alimentação saudável nasce apenas de prescrições técnicas. A soberania alimentar quilombola envolve terra, permanência no território, proteção ambiental, memória, autonomia produtiva e transmissão de saberes. Sem território, não há cultura alimentar preservada como vida concreta. Há apenas lembrança deslocada.

A formação alimentar brasileira foi atravessada por matrizes africanas, indígenas, europeias e por muitos encontros forçados, violentos e criativos. O problema é que a narrativa dominante costuma tratar a contribuição negra como “influência” culinária, enquanto mantém a ciência, a autoria e a legitimidade em outros lugares. A Nutrição antirracista precisa ir além da curiosidade sobre ingredientes. Ela precisa perguntar quem produziu saber, quem nomeou, quem lucrou, quem foi apagado e quem segue sendo chamado apenas para ilustrar a diversidade.

O que uma EAN antirracista aprende com cozinhas negras?

Aprende que comida é memória antes de ser prescrição. Aprende que o preparo também educa. Aprende que comensalidade produz vínculo. Aprende que saúde não se separa de território, espiritualidade, trabalho, afeto e pertencimento. Aprende que uma receita pode carregar tecnologia, economia, cuidado intergeracional e estratégia de permanência. Aprende que ninguém educa alimentarmente um povo apagando suas referências.

No campo da Educação Alimentar e Nutricional, essa revisão é indispensável. Materiais educativos frequentemente apresentam uma alimentação saudável sem corpo, sem território e sem memória. Pratos padronizados, imagens genéricas, listas de substituições e recomendações universais podem deixar de reconhecer as comidas que organizam a vida de comunidades negras. Uma EAN antirracista não significa apenas incluir uma receita afro-brasileira em novembro. Significa mudar a forma de escutar, representar, planejar e conduzir processos educativos.



Isso inclui cuidado com religiões de matriz africana. Profissionais de Nutrição precisam reconhecer que há alimentos, interdições, preceitos, oferendas, rituais, tempos e modos de preparo que compõem formas legítimas de vida e cuidado. Desrespeitar essas práticas, ridicularizá-las ou tratá-las como obstáculo à saúde é reproduzir racismo religioso e epistemicídio. O diálogo profissional precisa ser feito com escuta, respeito e abertura para compreender que saúde não se limita ao corpo biológico.

Também é necessário cuidado para não extrair saberes. O interesse profissional por cozinhas negras, quilombolas e de terreiro não pode transformar territórios em laboratório, nem comunidades em fonte gratuita de repertório. A aproximação precisa respeitar autoria, consentimento, contexto, vínculo, retorno e reconhecimento. Não basta citar uma prática alimentar se o território que a sustenta segue sem proteção, sem terra, sem políticas públicas e sem escuta.

Ancestralidade alimentar, para a Nutrição antirracista, é fundamento de prática. Ela ensina que comida é corpo, mas também é história. É nutriente, mas também é relação. É preparo, mas também é território. É orientação, mas também é memória. Quando profissionais reconhecem isso, suas condutas podem se tornar mais cuidadosas, mais situadas e mais capazes de dialogar com a vida real das pessoas.

Nossos pratos são janelas para entender o mundo. Quando a Nutrição olha por essas janelas a partir das cozinhas negras, ela encontra uma história que não cabe na ideia de carência. Encontra inteligência alimentar, estratégias de sobrevivência, beleza, técnica, cuidado comunitário e força política. Reconhecer essas presenças é parte do trabalho de refazer a profissão.

Cena de prática composta: o cardápio que voltou para casa

Uma nutricionista da alimentação escolar recebe um cardápio padronizado, distante dos alimentos que circulam no território. Ao conversar com cozinheiras da escola, mães, lideranças comunitárias e pessoas mais velhas, percebe que muitas comidas locais ficaram fora do planejamento por serem consideradas “culturais demais” e pouco técnicas. A revisão do cardápio inclui preparações possíveis, alimentos regionais e referências afro-brasileiras presentes na comunidade. A adesão das crianças melhora, as cozinheiras se reconhecem no trabalho e as famílias passam a ver a escola como espaço que respeita a comida de casa.

Para revisar materiais e práticas de EAN

- As culturas alimentares negras aparecem como referência de saúde, cuidado e conhecimento?
- O material evita tratar comidas negras apenas como festa, folclore ou exceção cultural?



- Há respeito às religiões de matriz africana e aos alimentos sagrados?
- A equipe conhece experiências alimentares de quilombos, terreiros, cozinheiras negras, periferias e comunidades tradicionais do território?
- As oficinas e grupos educativos partem da escuta ou apenas transmitem prescrições?

Conceito em movimento

Ancestralidade alimentar é a presença viva de saberes, práticas, memórias, tecnologias e relações transmitidas entre gerações por meio da comida. Ela não se limita ao passado. Atua no modo como pessoas e comunidades produzem cuidado, pertencimento, saúde, espiritualidade, autonomia e continuidade territorial.

Gesto de prática

Antes de planejar uma ação de EAN, inclua uma etapa de escuta alimentar. Pergunte às pessoas quais comidas marcaram sua infância, quais alimentos significam cuidado, quais preparos circulam na família, quais comidas aparecem em festas, rituais, lutos, nascimentos e encontros. Use essas respostas como base para a ação, não como enfeite.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. História da alimentação no Brasil. 4. ed. São Paulo: Global, 2011.

LODY, Raul. Santo também come. Rio de Janeiro: Pallas, 1998.

MACHADO, Vanda. Ilê Axé: vivências e invenção pedagógica. Salvador: EDUFBA, 2002.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília, DF: INCTI, 2015.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005.



CAPÍTULO 5

Clima, racismo ambiental e territórios negros

A crise climática costuma ser apresentada como ameaça universal. Em certo sentido, ela atinge o planeta inteiro. Mas seus efeitos não chegam da mesma forma para todos os corpos e territórios. Enchentes, deslizamentos, falta de água, ondas de calor, contaminação, insegurança alimentar, perda de biodiversidade e conflitos por terra atingem de modo mais intenso populações historicamente empurradas para áreas precarizadas e menos protegidas pelo Estado. No Brasil, essa distribuição desigual do risco tem cor, classe, gênero e território.

O racismo ambiental ajuda a compreender como populações negras, quilombolas, periféricas, de matriz africana e outros povos e comunidades tradicionais são mais expostos a danos ambientais e têm menos acesso a mecanismos de proteção, reparação e decisão. Ele aparece quando territórios negros convivem com ausência de saneamento, descarte irregular de resíduos, contaminação de rios, poluição, insegurança hídrica, ameaça de remoção, violência fundiária e exposição a agrotóxicos. Também aparece quando conhecimentos comunitários sobre cuidado com solo, água, plantas, sementes e alimentação são desconsiderados nas políticas ambientais.

No campo da Nutrição, discutir clima não pode se restringir à recomendação de dietas sustentáveis em abstrato. É necessário perguntar quem produz alimentos, em quais condições, com que acesso à terra, sob quais riscos ambientais e com quais impactos para a saúde. Também é preciso perguntar quem paga o preço da degradação ambiental e quem lucra com sistemas agroalimentares baseados em monoculturas, concentração fundiária, uso intensivo de agrotóxicos, exploração do trabalho e destruição de biodiversidade.

Sistemas alimentares e crise climática estão profundamente conectados. A forma como se produz, transporta, processa, vende, consome e descarta comida tem impactos ambientais importantes. Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas afetam safras, preços, disponibilidade de alimentos, qualidade da água, pesca, agricultura familiar, abastecimento e segurança alimentar. Quando esses impactos encontram desigualdades raciais, eles aprofundam violações já existentes.

Para a prática profissional, isso precisa aparecer em decisões concretas. Uma nutricionista que atua em alimentação escolar pode observar se as compras institucionais fortalecem agricultura familiar, comunidades tradicionais e alimentos regionais. Uma equipe de saúde pode mapear insegurança hídrica, falta de saneamento e dificuldade de armazenamento de alimentos no território.



Um conselho pode discutir os impactos de agrotóxicos, ultraprocessados, desertos e pântanos alimentares, enchentes e emergências climáticas sobre a prática da Nutrição. Uma ação de EAN pode falar de sustentabilidade sem culpar famílias que não têm acesso regular a alimentos frescos.

Territórios negros, no entanto, não são apenas lugares de vulnerabilização. Eles também são lugares de tecnologia socioambiental. Quintais produtivos, roças quilombolas, hortas comunitárias, cozinhas solidárias, práticas de agroecologia negra, conservação de sementes, uso de plantas medicinais, manejo comunitário da água, mutirões e redes de partilha mostram que há respostas construídas desde baixo, muitas vezes antes que a política pública reconheça sua importância.

A noção de biointeração, mobilizada por Nêgo Bispo, ajuda a deslocar a relação com a natureza de uma lógica de domínio para uma lógica de convivência. Para muitas comunidades negras e tradicionais, alimento não é mercadoria isolada de seu território. Ele participa de relações com solo, água, lua, plantas, bichos, ancestralidade, trabalho coletivo e espiritualidade. Essa leitura amplia o que a Nutrição entende por sustentabilidade. Sustentável não é apenas o alimento com menor impacto ambiental medido em laboratório. Também é o alimento que sustenta vínculos, territórios, culturas, biodiversidade e autonomia.

Uma prática profissional antirracista precisa considerar essas dimensões. Em uma ação de EAN sobre alimentação sustentável, não basta recomendar mais vegetais sem discutir acesso, preço, território, cultura alimentar, produção local e racismo ambiental. Em uma orientação sobre redução de ultraprocessados, é preciso reconhecer que muitos territórios têm pouca oferta de alimentos frescos e que circuitos curtos de alimentação não chegam igualmente a todas as populações. Em uma discussão sobre compras públicas, é necessário perguntar se quilombolas, agricultores familiares negros, povos tradicionais e mulheres produtoras estão sendo incluídos.

A agenda climática também precisa dialogar com justiça alimentar. Não há justiça climática sem território protegido, sem soberania alimentar, sem combate ao racismo ambiental e sem participação dos povos que há séculos cuidam da biodiversidade. Para a Nutrição, isso significa ampliar a escuta e a incidência. Significa reconhecer que a defesa da alimentação adequada envolve também água limpa, terra, sementes, ar respirável, moradia digna, transporte, saneamento e proteção dos modos de vida.



Cena de prática composta: a enchente que mudou a pauta da equipe

Depois de uma enchente, uma equipe percebe aumento de famílias negras em insegurança alimentar, perda de alimentos armazenados, dificuldade de acesso à água potável e interrupção de aulas. A primeira resposta seria uma ação pontual de orientação sobre higiene dos alimentos. Ao racializar a leitura, a equipe identifica que o problema é maior: moradias em área de risco, ausência de saneamento, perda de renda, falta de equipamento público de alimentação e maior exposição de mulheres negras ao trabalho de reorganizar a vida doméstica. A ação passa a envolver saúde, assistência social, escola, defesa civil, cozinha comunitária e conselho local.

Para olhar o território

- Quais áreas atendidas pelo serviço enfrentam maior risco ambiental?
- Há falta de saneamento, insegurança hídrica, enchentes, contaminação ou exposição a agrotóxicos?
- Existem hortas, quintais produtivos, feiras, roças, cozinhas comunitárias ou experiências agroecológicas no território?
- As ações de alimentação sustentável consideram raça, renda, território e cultura alimentar?
- Comunidades negras e tradicionais participam das decisões sobre alimentação, clima e território?

Conceito em movimento

Racismo ambiental nomeia a distribuição desigual de danos, riscos e violações ambientais que atinge de modo mais intenso populações racializadas, especialmente comunidades negras, quilombolas, periféricas, indígenas e tradicionais. No campo da alimentação, ele se expressa em insegurança hídrica, contaminação, perda de território, exposição a agrotóxicos, precarização dos ambientes alimentares e ameaça aos modos de vida.

Gesto de prática

Inclua uma pergunta ambiental no diagnóstico alimentar do território. Além de mapear consumo e acesso a alimentos, observe água, saneamento, distância até pontos de compra, presença de feiras, áreas de risco, descarte de lixo, hortas, quintais e conflitos por terra. Alimentação saudável também depende das condições ambientais em que a vida acontece.



REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (org.). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FIAN BRASIL. Prato do dia: desigualdades. Raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares. Brasília: FIAN Brasil, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília, DF: INCTI, 2015.



CAPÍTULO 6

A Nutrição que precisamos ser: ferramentas para uma prática antirracista no cotidiano

A Nutrição antirracista precisa chegar ao cotidiano. Se ela permanecer apenas como vocabulário, perde força. O desafio é transformar leitura crítica em perguntas, fluxos, registros, condutas, materiais, reuniões, protocolos, cardápios, formações e decisões institucionais. Este capítulo reúne ferramentas iniciais para esse movimento. Elas não substituem formação continuada, escuta territorial e compromisso institucional, mas ajudam a criar um ponto de partida.

A primeira ferramenta é a escuta. Parece simples, mas não é. Escutar de forma antirracista significa suspender julgamentos apressados, reconhecer assimetrias, perguntar antes de prescrever, acolher experiências de discriminação e compreender que a comida de uma pessoa carrega história, afeto, religião, renda, território, trabalho e memória. Uma escuta racialmente cega tende a universalizar experiências. Uma escuta antirracista pergunta como o racismo aparece na vida concreta, sem transformar a pessoa em objeto de investigação ou dor.

No atendimento individual, isso implica qualificar a anamnese alimentar. Além de investigar frequência, horários, preferências e sintomas, é preciso perguntar sobre acesso, custo, distância, preparo, equipamentos, rede de apoio, religião, cultura alimentar, insegurança alimentar, sofrimento, discriminação e território. A orientação precisa ser construída com a pessoa, considerando o que é possível, desejável e digno naquele contexto. Uma conduta antirracista não é mais frágil tecnicamente. Ela é mais precisa porque enxerga melhor a realidade.

A segunda ferramenta é o registro qualificado. O quesito raça/cor deve ser preenchido por autodeclaração, com explicação respeitosa sobre sua finalidade. Esse dado não deve ficar morto em fichas e sistemas. Ele precisa ser analisado. Quem são as pessoas atendidas? Quais grupos têm maior prevalência de insegurança alimentar? Quem abandona acompanhamento? Quem acessa grupos educativos? Quem recebe encaminhamento? Quem aparece nos indicadores de agravos relacionados à alimentação? Sem análise racial, a desigualdade pode permanecer invisível dentro do próprio serviço.

A terceira ferramenta é a revisão de materiais educativos. Cartilhas, posts, slides, vídeos, receitas, murais, folders e campanhas comunicam valores. Eles dizem quem pertence ao cuidado e quem aparece apenas como exceção.



Um material antirracista precisa representar pessoas negras sem estereótipos, respeitar culturas alimentares, evitar imagens culpabilizantes, reconhecer territórios e usar linguagem acessível. Também precisa tomar cuidado com frases que individualizam problemas estruturais, como se comer bem dependesse apenas de força de vontade.

A quarta ferramenta é a análise de protocolos e fluxos. Muitas instituições afirmam tratar todas as pessoas igualmente, mas igualdade formal pode produzir desigualdade quando as condições de partida são diferentes. É preciso revisar se protocolos de acolhimento, acompanhamento, encaminhamento e alta consideram raça, território, renda, gênero e vulnerabilizações específicas. Também é necessário observar se há barreiras de horário, linguagem, documentação, transporte, comunicação e acesso digital que afastam determinadas populações.

A quinta ferramenta é a Educação Alimentar e Nutricional antirracista. EAN não pode ser palestra moralizante sobre escolhas corretas. Ela precisa ser processo educativo, dialógico, territorializado e culturalmente respeitoso. Uma oficina de alimentação saudável em território negro precisa partir das comidas, memórias, dificuldades, saberes e desejos daquele grupo. Precisa perguntar quais alimentos são possíveis, quais são caros, quais foram deixados de lado, quais trazem pertencimento, quais sofrem estigma e quais redes podem ser ativadas para ampliar o acesso.

A sexta ferramenta é a pactuação institucional. O enfrentamento ao racismo não pode depender apenas de profissionais negras ou de pessoas individualmente sensibilizadas. Instituições precisam assumir compromissos. Isso envolve incluir o tema no planejamento, criar espaços de educação permanente, analisar indicadores, acolher denúncias, revisar fluxos, apoiar equipes, dialogar com movimentos sociais e acompanhar mudanças. Sem compromisso institucional, o antirracismo vira sobrecarga para quem já enfrenta o racismo no corpo.

Rotas de ação por âmbito de atuação

Na clínica e no atendimento individual: ampliar a anamnese, investigar acesso real aos alimentos, acolher cultura alimentar, religião, território e experiências de discriminação, evitando condutas moralizantes.



Na saúde coletiva e na atenção básica: mapear o perfil racial do território, analisar dados por raça/cor, articular redes de cuidado, incluir PNSIPN e SAN na rotina de planejamento.

Na alimentação escolar: dialogar com cozinheiras, famílias e comunidades; incluir alimentos regionais e culturalmente referenciados; fortalecer compras públicas que reconheçam agricultura familiar, quilombos e territórios tradicionais.

Na alimentação coletiva e em UAN: revisar cardápios, fornecedores, comunicação interna, fluxos de trabalho e práticas de gestão sob lente racial, considerando quem cozinha, quem serve, quem decide e quem é reconhecido.

Nos Conselhos Regionais de Nutrição: promover formação continuada, orientar a categoria, produzir materiais técnicos, estimular fiscalização educativa, acolher debates sobre racismo institucional e articular a profissão às políticas públicas de equidade.

Cena de prática composta: a anamnese que faltava

Uma nutricionista recebe uma mulher negra com queixas persistentes, alimentação irregular e histórico de orientações que não se sustentaram. Na primeira consulta, pergunta apenas sobre horários, grupos alimentares e sintomas. Na segunda, amplia a escuta: pergunta sobre trabalho, tempo, religião, comidas de cuidado, acesso a alimentos, experiências anteriores de julgamento e alimentos que a paciente retirou da rotina por vergonha ou orientação inadequada. A conduta muda. O plano deixa de ser uma lista ideal e passa a ser uma construção possível, respeitosa e clinicamente mais precisa.

Miniroteiro de ação antirracista

1. Nomear o problema

- a. Qual situação do serviço, território, material, protocolo ou prática revela desigualdade racial ou apagamento da população negra?

2. Identificar quem é afetado

- a. Quais pessoas, grupos ou territórios são mais impactados? Há dados por raça/cor? Há relatos? Há demandas reprimidas?



3. Escutar antes de propor

- a. Quem precisa ser ouvido? Usuárias/os, equipe, lideranças comunitárias, conselhos, quilombos, terreiros, movimentos, escolas, cozinhas comunitárias?

4. Definir uma ação possível

- a. O que pode ser feito em 30 dias? O que exige 60 dias? O que precisa de pactuação institucional para 90 dias ou mais?

5. Distribuir responsabilidades

Quem acompanha? Quem registra? Quem articula com a rede? Quem se apresenta na reunião? Quem devolve ao território?

6. Acompanhar mudanças

7. Como a equipe saberá se algo mudou? Quais dados, escutas ou registros serão usados?

Perguntas para atendimento nutricional antirracista

- Onde você costuma comprar ou conseguir alimentos?
- Existe feira, mercado, horta, cozinha comunitária ou equipamento público perto da sua casa?
- Falta água, gás, energia ou espaço adequado para cozinhar?
- Quem costuma preparar as refeições?
- Há alimentos importantes para sua família, religião, memória ou território?
- Alguma comida foi retirada da sua rotina por preço, distância, adoecimento, vergonha ou orientação profissional anterior?
- Você já se sentiu julgada/o em algum serviço por causa da sua alimentação, corpo, religião ou território?
- O que seria uma mudança possível na sua alimentação neste momento da vida?

Checklist para EAN antirracista

- A atividade parte da escuta do grupo?
- O repertório alimentar local aparece como conhecimento?
- As imagens representam pessoas negras de forma digna e plural?
- A linguagem evita culpa, vergonha e moralização?
- As recomendações consideram preço, acesso e território?
- Há respeito às religiões de matriz africana e comunidades tradicionais?
- A ação dialoga com políticas públicas e equipamentos locais?
- Há espaço para avaliação e devolutiva do grupo?



Checklist para gestão e conselho

- O tema raça aparece no planejamento anual?
- Os dados são analisados por raça/cor?
- A equipe recebeu formação sobre saúde da população negra e racismo institucional?
- Há fluxo para acolher situações de racismo?
- Materiais institucionais foram revisados sob lente racial?
- Conselhos e instâncias de participação social discutem SAN e saúde da população negra?
- Há diálogo com quilombos, terreiros, periferias e movimentos sociais?

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Código de Ética e de Conduta do Nutricionista. Brasília: CFN, 2018.

PASSOS, Ana Thereza da Silva Falcão et al. Nutrição antirracista: perspectivas e possibilidades. In: BAGNI, Ursula Viana; FERREIRA, Aline Alves; BORGES, Thaís Lima Dias (org.). Nutrição inclusiva: diversidade e inclusão em alimentação e nutrição. Barueri, SP: Manole, 2024. p. 372-383.

SILVA, S. O. D. et al. “Na verdade eu nunca participei e nem ouvi falar sobre”: a PNSIPN na perspectiva de gestores e profissionais da saúde. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 31, n. 4, e210969pt, 2022.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.



SÍNTESE OPERACIONAL

10 compromissos para uma Nutrição antirracista

1. Reconhecer o racismo como determinante das condições de alimentação, saúde, cuidado e vida.
2. Preencher e analisar raça/cor de forma qualificada, respeitosa e orientada à produção de equidade.
- 3.
4. Revisar materiais educativos, protocolos, campanhas e imagens sob lente racial. Evitar condutas moralizantes que culpabilizam pessoas por problemas produzidos por estruturas.
5. Considerar território, renda, tempo, água, gás, energia, transporte e acesso aos alimentos antes de prescrever.
6. Respeitar culturas alimentares negras, religiões de matriz africana, quilombos e comunidades tradicionais como referências de conhecimento e cuidado.
7. Dialogar com terreiros, quilombos, periferias, cozinhas comunitárias, movimentos sociais e redes territoriais.
8. Articular SUS, SAN, assistência social, educação, agricultura, meio ambiente e promoção da igualdade racial.
9. Incluir saúde da população negra, racismo alimentar, nutricídio, racismo ambiental e EAN antirracista em processos de educação permanente.
- 10 Transformar pelo menos uma prática concreta nos próximos 30 dias, com
 - responsável, prazo e forma de acompanhamento.



GLOSSÁRIO RACIALIZADO

Ajeum: em contextos de religiões de matriz africana, refere-se à partilha da comida e à comensalidade que fortalece vínculos entre pessoas, ancestralidade, território e espiritualidade. No campo da Nutrição antirracista, ajuda a compreender alimento como relação, e não apenas como composição nutricional.

Ancestralidade alimentar: presença viva de saberes, práticas, memórias, tecnologias e relações transmitidas entre gerações por meio da comida. Não se limita ao passado. Atua no modo como pessoas e comunidades produzem cuidado, pertencimento, saúde, espiritualidade, autonomia e continuidade territorial.

Antinegitude: chave de leitura que evidencia como o mundo moderno posicionou pessoas negras em lugares de desumanização, suspeição, descarte e apagamento. No campo da alimentação e nutrição, ajuda a compreender por que corpos, saberes e culturas alimentares negras foram sistematicamente inferiorizados.

Biointeração: formulação mobilizada por Nêgo Bispo para expressar formas de relação com a terra e com os seres vivos que não se baseiam na exploração da natureza como recurso, mas em convivência, reciprocidade e continuidade.

Comensalidade: ato social de comer junto. Em perspectiva antirracista, permite observar como a partilha da comida produz vínculo, pertencimento, cuidado, memória e organização comunitária.

Determinantes sociais da saúde: condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham, circulam, se alimentam, adoecem e são cuidadas. O racismo é um determinante social porque organiza riscos, acessos, oportunidades e exposições de forma desigual.

DHAA: Direito Humano à Alimentação Adequada. Envolve acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais, respeitando cultura alimentar, dignidade e sustentabilidade.

EAN antirracista: Educação Alimentar e Nutricional que reconhece raça, território, cultura alimentar, acesso, renda, religiosidade, memória e desigualdades estruturais como dimensões do processo educativo.



Epistemicídio: apagamento, deslegitimação ou destruição de conhecimentos produzidos por povos e grupos historicamente subalternizados. No campo alimentar, aparece quando saberes de cozinheiras negras, quilombos, terreiros e comunidades tradicionais são tratados como folclore, e não como conhecimento.

Insegurança alimentar racializada: leitura da insegurança alimentar que reconhece a raça como dimensão estruturante das desigualdades no acesso à comida, sem reduzir o problema à renda ou à escolha individual.

Interseccionalidade: ferramenta de análise que permite compreender como raça, gênero, classe, território, geração e outras dimensões se combinam na produção de desigualdades e experiências específicas.

Letramento alimentar racializado: processo formativo pelo qual profissionais desenvolvem capacidade de ler criticamente as desigualdades raciais no campo da alimentação e nutrição, incorporando raça como categoria de análise em suas práticas clínicas, educativas, institucionais e políticas.

Nutricídio: processo de destruição lenta e sistemática de corpos, culturas alimentares e modos de vida negros por meio da alimentação, da desterritorialização alimentar, da oferta desigual de alimentos e da ruptura de vínculos com repertórios alimentares ancestrais e comunitários.

PNSIPN: Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Marco do SUS que reconhece o racismo como determinante social da saúde e orienta ações para promoção da equidade racial na atenção, gestão, formação e produção de informação em saúde.

Racismo alimentar: formas pelas quais o racismo atravessa sistemas alimentares, acesso à comida, ambientes alimentares, políticas públicas, cultura alimentar, publicidade, cuidado nutricional e reconhecimento de saberes.

Racismo ambiental: distribuição desigual de danos, riscos e violações ambientais que atinge de modo mais intenso populações racializadas, especialmente comunidades negras, quilombolas, periféricas, indígenas e tradicionais.

Racismo estrutural: forma de organização social em que o racismo produz desigualdades como parte do funcionamento normal das instituições, mercados, políticas, saberes e relações sociais.



Racismo institucional: expressão do racismo nas rotinas, normas, prioridades, omissões e práticas das instituições, produzindo resultados desiguais mesmo quando não há intenção discriminatória explícita.

Soberania alimentar: direito dos povos de definir seus modos de produzir, distribuir, preparar e consumir alimentos, respeitando território, cultura, biodiversidade, autonomia e justiça social.

Sujeito padrão da Nutrição: figura implícita tomada como referência universal em recomendações, protocolos e materiais, frequentemente descolada de raça, território, renda, cultura alimentar, religião e condições reais de vida.



CONFLUÊNCIAS FINAIS

Da leitura ao compromisso

Chegar ao final deste e-book não significa chegar ao final do percurso. Significa ter dado alguns passos, ou aprofundado passos que já estavam sendo dados, em uma caminhada que não tem ponto de chegada definitivo porque o próprio campo está em construção.

A Nutrição antirracista não é uma especialidade concluída, com um conjunto fechado de protocolos para aplicar. É uma perspectiva em permanente elaboração, que exige disposição para continuar aprendendo, para se deixar desafiar por aquilo que ainda não se sabe e para reconhecer quando a própria prática reproduz algo que precisava ser revisto.

O que você encontrou nestas páginas foi uma tentativa de construir fundamentos conceituais, históricos, políticos e práticos. O nutricídio e o racismo alimentar para nomear o que sistemas hegemônicos fazem com corpos e territórios negros. A PNSIPN e a SAN como instrumentos e arenas de disputa. As cozinhas negras como sistemas de conhecimento que antecedem e excedem o que a Nutrição acadêmica consegue ver. O racismo ambiental como dimensão inseparável da justiça alimentar. E um conjunto de perguntas para fazer à própria prática, não para acusar, mas para orientar.

Esses fundamentos só se tornam transformadores quando se traduzem em ação concreta. No atendimento de amanhã. No cardápio da semana que vem. No relatório que vai para a gestão no próximo mês. Na reunião de equipe onde a questão racial precisa ser colocada. No conselho regional onde a formação antirracista precisa virar pauta. A escala das mudanças não precisa ser imediatamente institucional para ser real. Ela começa onde você está, com o que você tem, com o que agora sabe que não sabia antes.

Primeiro convite: participe das ações formativas da Escola Antirracista do CRN-5 e leve essa discussão para sua equipe, serviço, conselho ou espaço de atuação.



Segundo convite: escolha uma mudança concreta para fazer nesta semana. Use o roteiro de autoavaliação do Capítulo 6, escolha uma conduta, um material ou um protocolo do seu serviço e submeta-o a uma leitura racializada.

Terceiro convite: coloque este material em circulação. Proponha sua leitura em grupos de estudo, reuniões de equipe, conselhos, serviços, disciplinas, residências, supervisões e espaços de educação permanente.

O cuidado que a população negra merece não é concessão. É direito. E a Nutrição que o Brasil precisa é aquela que reconhece, aprende e age a partir dessa premissa.

Que nossos pratos sigam sendo janelas para entender o mundo. E que, ao olhar por elas, a Nutrição encontre coragem para refazer caminhos com mais justiça, memória e responsabilidade.



REFERÊNCIAS GERAIS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AFRIKA, Llaila O. Nutricide: the nutritional destruction of the Black race. 2. ed. Baltimore: Anu Book Publishing, 2011.

ALEXANDRE-WEISS, V. P. (coord.); COSTA, R.; MOURÃO, P. et al. Prato do dia: desigualdades. Raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares. Brasília: FIAN Brasil, 2023.

ALMEIDA, Isadora Helena Alves de. Territorialidades do nutricídio: decolonizando o direito à alimentação adequada. 2023. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS, 2012.



CANUTO, Raquel; FANTON, Marcos; LIRA, Pedro Israel Cabral de. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3193-3212, 2019.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (org.). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Código de Ética e de Conduta do Nutricionista. Brasília: CFN, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Carta Política do Encontro Temático Soberania e Segurança Alimentar para a População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: CONSEA, 2015.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

LODY, Raul. Santo também come. Rio de Janeiro: Pallas, 1998.

MACHADO, Vanda. Ilê Axé: vivências e invenção pedagógica. Salvador: EDUFBA, 2002.

MATOS, Camila Carvalho de Souza Amorim et al. Caderno de experiência de pesquisa em sistemas alimentares dos povos tradicionais de matriz africana: soberania e segurança alimentar e nutricional em interface com a saúde coletiva. 1. ed. Rio de Janeiro: Daniela Silva Egger, 2023.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Niterói: EDUFF, 2004.

PASSOS, Ana Thereza da Silva Falcão et al. Nutrição antirracista: perspectivas e possibilidades. In: BAGNI, Ursula Viana; FERREIRA, Aline Alves; BORGES, Thaís Lima



Dias (org.). Nutrição inclusiva: diversidade e inclusão em alimentação e nutrição. Barueri, SP: Manole, 2024. p. 372-383.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília, DF: INCTI, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

SANTOS, Ana Beatriz Almeida et al. Repercussões do racismo na alimentação e nutrição da população negra brasileira. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 30, e023027, 2023.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005.

SILVA, S. O. D. et al. "Na verdade eu nunca participei e nem ouvi falar sobre": a PNSIPN na perspectiva de gestores e profissionais da saúde. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 31, n. 4, e210969pt, 2022.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.



ESCOLA ANTIARACISTA DE NUTRIÇÃO

CRN5

*Acompanhe as ações do CRN-5
nas redes sociais e no site oficial:*



crn5.org.br



[@crn5online](https://www.instagram.com/crn5online)



[CRN-5](https://www.youtube.com/c/crn5)



[CRN-5](https://www.facebook.com/crn5)



[CRN-5](https://www.linkedin.com/company/crn5)